

LV 30 anos

DESDE 1988 AO LADO DOS TRABALHADORES



INTERCEL | INTERSUL | JORNAL LINHA VIVA Nº 1413 - 12 DE JULHO DE 2018



CARAVANA

Percorre o estado



TRIBUNA LIVRE

A VENDA DA EMBRAER E A DEMOLIÇÃO DO BRASIL

Por José Álvaro Cardoso, economista e supervisor técnico do Dieese em SC

No dia 05 de julho a Embraer e a Boeing divulgaram um documento de entendimento para um acordo que cria uma empresa para a qual vão os ativos mais lucrativos para Embraer, os da aviação comercial. Nesta terceira empresa, a atual Embraer terá 20% e receberá US\$ 3,8 bilhões pelo negócio. O acordo, no qual a empresa estadunidense adquire o setor comercial da empresa brasileira, foi rapidamente encaminhado para evitar que as eleições atrapassem o negócio que entrega 80% da divisão de aviões comerciais da Embraer, para a gigante do setor aeroespacial. O detalhe relevante é que o segmento de aviação comercial representou no ano passado quase 60% da receita líquida gerada pela Embraer.

A Embraer foi criada em 1969, durante a ditadura militar, como empresa mista, controlada pelo Estado. Em 1994 foi vendida para o setor privado, por R\$ 154,2 milhões (valor sem correção monetária). O Governo brasileiro não é acionista majoritário da Embraer, mas detém uma ação especial, chamada golden share, que lhe garante o poder de vetar decisões importantes, especialmente aquelas que podem ser consideradas lesivas ao país, como transferência de controle acionário para uma empresa estrangeira. A posse da golden share possibilita ao governo federal vetar alterações na Embraer em sete casos, incluindo transferência do controle acionário e negócios que possam comprometer os programas militares do país. O governo brasileiro, poderia, portanto, vetar o negócio. Na nova empresa que seria criada a partir do negócio, o governo brasileiro não teria golden share. Segundo informações da imprensa, os mentores do negócio estão negociando com o Supremo Tribunal Federal e com o Tribunal de Contas da União, para evitar qualquer impedimento jurídico para o negócio.

A Embraer, apesar de ter sido privatizada em 1994, é uma empresa chave para a Defesa Nacional, além do aspecto comercial. O seu setor de Defesa e Segurança, é extremamente sofisticado e fundamental para a estratégia nacional de defesa. A divisão de Defesa e Segurança da Embraer, formada por cinco companhias (Atech, Bradar, OGMA, Savis, Visiona), responde pela comercialização de sistemas de tráfego aéreo civil e militares, segurança digital, desenvolvimento do submarino nuclear brasileiro, Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), construção dos caças Gripen, radares de vigilância aérea e terrestre, gerenciamento do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), etc. Com tal abrangência e profundidade

"As políticas do golpe seguem dois eixos principais: destruição de direitos e destruição da soberania"

estão destruindo as empresas nacionais inclusive do setor privado, destruíram as leis trabalhistas, estão destruindo o que sobrou da indústria e condenando o Brasil a ser um eterno fornecedor de matérias primas para o mundo desenvolvido.

O negócio entre Embraer e a Boeing deve ser analisado a partir do aspecto da soberania envolvido no debate. A imprensa comenta que a aliança entre Embraer e a Boeing pode chegar até aos caças Gripen, que estão sendo fabricados no Brasil, fruto do acordo assinado em outubro de 2014 entre a empresa aeroespacial sueca Saab e a Embraer. O acordo envolve a fabricação no Brasil de 36 caças, com transferência de tecnologia ao longo do processo de fabricação. A opção do governo brasileiro pelos caças suecos, em 2013, que teve como uma motivação fundamental o fato de que a Boeing não queria transferir a tecnologia de fabricação dos aviões, deixou os norte-americanos, segundo a imprensa, "muito decepcionados". A grande mídia está falando que a companhia que será criada pela Boeing e Embraer para fabricar produtos e serviço de defesa pode ser ampliada para realizar mais do que um dos objetivos do negócio da Boeing com a Embraer seja interferir no acordo entre a Saab e a Embraer.

nas responsabilidades de Defesa do país, surpreende o silêncio dos militares em relação ao plano de transformar a Embraer numa divisão da Boeing mundial.

A posição do governo brasileiro de apoio ao acordo, e o silêncio dos militares de alta patente em relação ao negócio, deve ser entendido num contexto mais geral de entrega da soberania do Brasil. As políticas do golpe seguem dois eixos principais: destruição de direitos e destruição da soberania. São dimensões diferentes, porém interligadas. Um povo sem soberania, não pode ter direitos trabalhistas e sociais, são aspectos que não combinam entre si. De um lado, estão encaminhando o enfraquecimento do Estado nacional, entregando as riquezas nacionais, destruindo as políticas de soberania energética, desmontando a Petrobrás e entregando o pré-sal, negociando as reservas estratégicas de água para as multinacionais (incluindo o Aquífero Guarani) e reduzindo o orçamento em ciência e tecnologia. De outro lado, estão desmontando as políticas de segurança alimentar e aumentando a fome, causaram a maior crise econômica da história do país, afetaram drasticamente a renda dos trabalhadores, congelaram gastos primários (como educação e saúde) por 20 anos,

ELETROBRAS

SUSPENSO EDITAL DE AVALIAÇÃO DA ELETROBRAS

Intersul integra ação popular que suspendeu edital do BNDES

A presidente nacional do PCdoB, deputada Luciana Santos (PE), os dirigentes sindicais da Federação e da Confederação Nacional dos Urbanitários (FNU/CNU), Fabíola Antezano, e o dirigente sindical da Intersul, Lucio Pottmaier, obtiveram sucesso na ação popular elaborada pela Advocacia Garcez, que assessora a Intersul, para suspender o edital 19/2018 do BNDES, que pretendia contratar as empresas para fazer a avaliação da Eletrobras e modelagem da privatização. Em sua decisão, o juiz federal Fernando Caldas Bivar Neto, da 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro afirmou que: "Dar continuidade a procedimento licitatório sem amparo legal e cuja finalidade depende, à toda evidência, de evento futuro e incerto, é situação passível de causar graves danos ao Erário com o dispêndio de verba pública com a continuidade do certame". Ocorre que, graças à articulação política dos sindicatos junto ao Congresso Nacional, a Medida Provisória nº 814/2018 não foi apreciada e perdeu sua validade, restando vedada a inclusão da Eletrobras no Programa Nacional de Desestatização, por isso o juiz deferiu a liminar para a suspensão da licitação. A entrega do patrimônio da Eletrobras certamente continua sendo prioridade para o governo golpista de Michel Temer, mas o foco agora passa a ser a venda das seis distribuidoras que estão dentro da Eletrobras. Tramita ainda o projeto de lei na Câmara dos Deputados (PL 10.332/18), que visa facilitar a privatização destas empresas. O projeto pretende alterar a Lei nº 10.438/2002, que cria a Conta de Desenvolvimento Energético, a Lei nº 12.111/2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos sistemas isolados, e a Lei nº 12.783/2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. O projeto teve seu requerimento de urgência aprovado com manobras do Governo na Câmara e foi votado esta semana. A luta agora segue no Senado. É muito importante que todos os Eletricitários, incluindo os Celesquianos, estejam de olhos bem abertos e vejam como votou cada um dos deputados catarinenses, principalmente aqueles que vão disputar o Governo do Estado. A posição deles revela o que pensam sobre privatizar distribuidoras de energia, e quais seus verdadeiros planos para a Celesc.

SINERGIA

ELEIÇÕES PARA REPRESENTANTE SINDICAL

Inscrições de candidaturas abrem no próximo dia 13



Iniciam nesta sexta (13/07) as inscrições para a Eleição de Representantes Sindicais do Sinergia. Neste momento de ataque aos trabalhadores com a tentativa de retirada de direitos, benefícios e conquistas é fundamental a sua participação na mobilização e organização da categoria eletricitária. Inscreva-se e participe da eleição! Juntos vamos construir um sindicato cada vez mais forte e preparado para a defesa de nossas empresas, empregos e direitos!

EXPEDIENTE
Linha Viva é uma publicação da INTERCEL e da INTERSUL
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (MTE 3489/SC)
Conselho Editorial: Mario Jorge Maia
Rua Max Collin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 | E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

CELESC

CARAVANA DA INTERCEL

Sindicalistas mobilizam a categoria para lutar por um Acordo Coletivo de Trabalho justo

Começou nesta segunda-feira, dia 09, a Caravana da Intercel. Percorrendo os locais de trabalho, dirigentes dos sindicatos que compõe a Intercel estão conversando com os trabalhadores sobre a conjuntura política e econômica em que será negociado o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2018/19.

Negociada em pleno período eleitoral, a campanha salarial dos eletricitários sofrerá impactos diretos da corrida presidencial e governamental. É fundamental que os trabalhadores analisem os candidatos identificando aqueles que dão suporte ao golpe, atacando os direitos trabalhistas e as empresas públicas. Estes serão sempre inimigos dos trabalhadores e não merecem o voto eletricitário. Outro cenário político que trará ameaças ao ACT dos celesquianos é a reforma trabalhista. Apoiada por políticos que pedirão o voto da categoria, a reforma aprovada destruiu direitos e fragilizou as instituições sindicais, o que, conseqüentemente, fragiliza a mobilização dos trabalhadores em defesa de seus direitos. No plano interno, os trabalhadores devem ficar atentos às maquinacões da EDP. A empresa, acionista minoritária da Celesc, articula um golpe contra o estatuto para privatizar a Celesc e poderá buscar no ACT a retirada de direitos históricos dos trabalhadores. Neste cenário, temos ainda um novo Diretor de Gestão corporativa, que negociará pela primeira vez com a Intercel.



Apesar da péssima experiência com o último Diretor de Gestão que era empregado da Celesc, a categoria acredita que, sendo funcionário de carreira, o novo Diretor respeitará os direitos dos celesquianos.

As perspectivas são bastante complicadas para a negociação do ACT. E é na adversidade onde a nossa união se faz ainda mais necessária. A Assembleia Estadual é mais do que a unificação da pauta. É um ato político onde os trabalhadores demonstram força, união e disposição de lutar pelos seus direitos. É por isso que, em Lages, dia 04 de agosto, os trabalhadores devem lotar a Assembleia, demonstrando a força da categoria eletricitária.

CELESC

INTERCEL DEBATE PLANTIO DE ÁRVORES PRÓXIMO À REDE

Audiência Pública debate projeto de lei que fixa limites para o plantio de árvores junto à rede de energia

O contato de árvores com a rede de energia elétrica é o principal motivo de quedas no fornecimento de energia elétrica e tem impacto direto na luta pela manutenção da concessão. Sob esta ótica, a Intercel, em conjunto com o Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, Leandro Nunes participou de Audiência Pública na última sexta-feira, dia 6, em Chapecó, para discutir o Projeto de Lei 71/2015, que fixa limites para o plantio de árvores junto à rede de energia elétrica. De autoria do Deputado Estadual Dirceu Dresch (PT), o projeto tem apoio das entidades sindicais e da própria Celesc. Para os sindicatos da Intercel, é fundamental que o projeto seja aprovado, criando limites razoáveis para o plantio próximo à rede de distribuição de energia, melhorando o fornecimento de energia à população e auxiliando no alcance das metas da concessão. O projeto retornou à Comissão de Constituição e Justiça, após receber emendas dos Deputados Marcos Vieira (PSDB) e Milton Hobus (PSD), que não concordam com a distância mínima de 20 metros proposta.

ELETROSUL

INTERSUL JUDICIALIZA ALTERAÇÕES NA PERICULOSIDADE

Justiça tem posicionamentos diferenciados sobre o caso

Os sindicatos da Intersul ingressaram com ações judiciais nos estados de SC, RS, PR e MS, pedindo a concessão de "tutela de urgência", para impedir que a Eletrosul prossiga com as alterações na sistemática de pagamento do adicional de periculosidade. Apesar de serem exatamente iguais, as ações tiveram resultados diferentes em cada estado. Em Londrina no Paraná, a tutela de urgência foi

concedida, enquanto que em Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, a tutela foi negada aos sindicatos. Já no Rio Grande do Sul, o juiz concedeu prazo de dez dias para a manifestação da empresa, antes de tomar uma decisão. A assessoria jurídica da Intersul já está preparando os recursos com pedido de reconsideração onde a decisão não for favorável aos trabalhadores. Entretanto, em tempos

de golpe (com judiciário, com tudo) fica cada vez mais evidente que a mobilização dos trabalhadores em luta organizada cada vez mais se faz necessária para combater a retirada de direitos. Os sindicatos da Intersul estarão reunidos em Florianópolis nesta quinta-feira (12/07), onde serão avaliados e debatidos outros encaminhamentos sobre esta e outras questões que envolvem os trabalhadores.

ANISTIA



TARDIAS PUNIÇÕES, MAS SEMPRE NECESSÁRIAS

A Corte Interamericana de Direitos Humanos responsabilizou, em 4 de julho de 2018, o Estado brasileiro, pelo assassinato do jornalista Vladimir Herzog em 1975, durante a ditadura militar. O Estado também foi responsabilizado por violar o direito dos familiares de Herzog de conhecerem a verdade sobre o caso, e ainda por ameaçar a integridade pessoal dos parentes do jornalista.

Como reparação, o Tribunal ordenou a adoção de medidas destinadas a reiniciar a investigação e o processo do que aconteceu em 25 de outubro de 1975. O objetivo é identificar, processar e punir os responsáveis.

Na sentença, o tribunal afirmou que os fatos envolvendo assassinato de Herzog devem ser considerados crimes contra a humanidade. São imprescritíveis. Insisto; o Estado não pode alegar prescrição do caso ou invocar a (infeliz) Lei da Anistia para se eximir de investigar e julgar os responsáveis pela morte do jornalista.

Jefferson Nascimento, assessor da ONG “Conectas” reforça o entendimento de que A LEI DA ANISTIA É INCONSTITUCIONAL (pobre “supreminho” – no diminutivo, como merece). Parece mentira: este não é o antigo STF, de Hermes Lima e outros dignos combatentes, que se opuseram ao AI-5, de 13 dezembro de 1968, e pagaram um preço caro.

Mas ficaram na História como grandes, dignos e honrados brasileiros, em momentos tão difíceis.)

MILITARES CHILENOS PUNIDOS

A Justiça chilena condenou em 3 de julho, nove militares da reserva pela tortura e assassinato do grande cantor e ativista Víctor Jara. Jara foi detido, torturado e assassinado com 44 tiros em um complexo esportivo na capital chilena dias após o sangrento golpe militar (de 11 de setembro de 1973) que instalou no poder a ditadura do sinistro general Augusto Pinochet, sem dúvida um notório criminoso “contra a humanidade” (ou um genocida?).

Dos nove condenados, oito foram sentenciados a 15 anos e um dia de prisão pelo assassinato de Jara e do ex-diretor prisional Litre Quiroga Carvajal. Jara tinha 40 anos na época. Era um conhecido e respeitado cantor, diretor teatral e professor universitário, e que simpatizava com o governo socialista de Salvador Allende, que foi deposto no golpe de 1973. O trabalho de Víctor Jara e a natureza de sua morte inspiraram tributos de artistas incluindo Bruce Springsteen, The Clash e U2.

Segundo testemunhas, as mãos de Jara foram esmagadas com o cano de uma arma e ele foi duramente espancado durante o seu encarceramento. Segundo modestas estimativas, a ditadura de Pinochet, que durou até 1990, matou cerca de 3.200 pessoas e torturou 28 mil.

Enquanto isso, em nosso Brasil, todos os torturadores – defendidos por certo profacista ou facista, candidato à presidência – continuam impunes. Repito: TORTURA NÃO PRESCREVE. É CRIME CONTRA A HUMANIDADE.